Sumário

PARTE 1
LEI Nº 14.133/2021

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 43

CAPÍTULO I – DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTA LEI 43

1 LICITAÇÃO PÚBLICA 44
1.1 RESUMO HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO LICITATÓRIA NO BRASIL 45
1.1.1 Textos normativos de destaque na legislação licitatória, até meados do século XX 45
1.1.2 A modelagem inaugurada com o Decreto-lei nº 200/1967 49
1.1.3 O Decreto-lei nº 2.300/1986 e o início do modelo maximalista 52
1.1.4 O ciclo da Lei nº 8.666/93 54
1.1.5 Administração pública, a seleção de fornecedores e a aprovação da Lei nº 14.133/2021 58
1.2 FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS 61
1.3 COMPETÊNCIA LEGISLATIVA 62
1.3.1 Competência legislativa e autonomia administrativa 66
1.3.2 Não exaurimento da competência legislativa privativa 66
1.4 NORMAS MATERIALMENTE GERAIS X NORMAS MATERIALMENTE ESPECÍFICAS 67
1.4.1 A Competência de Estados e Municípios para Legislar sobre Contratações de Grande Vulto 71
1.5 CARÁTER GERAL DAS NORMAS E COMPETÊNCIA PARA REGULAMENTAÇÃO 72
1.6 NORMAS FEDERAIS DE CARÁTER ESPECÍFICO E CONSTITUCIONALIDADE 74
1.7 PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DE LICITAR EM SUAS PERSPECTIVAS BUROCRÁTICA, DEMOCRÁTICA E SUBJETIVA 74
1.7.1 Exceções ao princípio da obrigatoriedade 75
1.7.2 Exceções ao princípio da obrigatoriedade e competência legislativa 76
1.8 ASPECTOS DE TEORIA ECONÔMICA DAS LICITAÇÕES NO CASO BRASILEIRO 77
1.9 DESTINATÁRIOS DAS REGRAS LICITATÓRIAS 81
1.9.1 Fundos especiais 81
1.9.2 Entidades controladas 81
1.9.3 Serviços Sociais Autônomos 82
1.9.4 Organizações Sociais (OS) 82
1.9.5 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) 83
1.9.6 Estatais 84
1.10 LICITAÇÕES COM RECURSOS PROVENIENTES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS 85
1.10.1 Origem internacional dos recursos 86
1.10.2 Competência do Congresso Nacional 86
1.10.3 Mitigação das regras licitatórias e captação parcial de recursos 86
1.10.4 Mitigações e exigências do doador 87
1.10.5 Mitigações e respeito aos princípios constitucionais 87
1.10.6 licitações internacionais e vedação a países específicos 88

1.10.7 Recursos internacionais e aprovação pelo parecerista jurídico ... 89
2 OBJETO DA LICITAÇÃO ... 89
2.1 OBJETO DA LICITAÇÃO X PRETENSÃO CONTRATUAL ... 89
3 HIPÓTESES DE NÃO SUBMISSÃO AO REGIME LICITATÓRIO E CONTRATUAL ... 90
3.1 CONSEQUÊNCIAS DA NÃO SUBMISSÃO AO REGIME LICITATÓRIO E CONTRATUAL ... 90
3.2 CARÁTER EXEMPLIFICATIVO DO ELENCO ... 91
4 MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE ... 92
4.1 DA NÃO APLICAÇÃO DAS REGRAS DA LC 123/2006 ... 93
4.2 CONTRATOS FIRMADOS COMO CRITÉRIO AUTÔNOMO PARA NÃO FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE ME/EPP NA LEI 14.133/2021 ... 95

CAPÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS ... 95
5 PRINCÍPIOS ... 96
5.1 LEGALIDADE ... 96
5.2 IMPESSOALIDADE ... 99
5.3 MORALIDADE ... 100
5.4 PUBLICIDADE ... 101
5.4.1 Publicidade e lei de acesso à informação ... 101
5.5 EFICIÊNCIA ... 102
5.6 INTERESSE PÚBLICO ... 104
5.7 PROBIDADE ADMINISTRATIVA ... 105
5.8 IGUALDADE ... 106
5.9 PLANEJAMENTO ... 108
5.10 TRANSPARÊNCIA ... 108
5.11 SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES ... 110
5.12 MOTIVAÇÃO ... 111
5.13 VINCULAÇÃO AO EDITAL ... 111
5.14 VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E FORMALISMO MODERADO ... 111
5.14.1 Lei nº 13.726/18 e a racionalização de atos e procedimentos administrativos . 112
5.14.2 Selo de Desburocratização e Simplificação ... 113
5.15 JULGAMENTO OBJETIVO ... 113
5.16 SEGURANÇA JURÍDICA ... 114
5.17 RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE ... 114
5.18 COMPETITIVIDADE ... 116
5.19 DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL ... 116
5.20 LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO ... 117

CAPÍTULO III – DAS DEFINIÇÕES ... **118**
6 DEFINIÇÕES LEGAIS ... 124

CAPÍTULO IV – DOS AGENTES PÚBLICOS ... 125
7 LICITAÇÕES E DESIGNAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS ... 126
7.1 DESIGNAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES ... 128
7.2 SEGREGAÇÃO DE RESPONSABILIDADES ... 128
7.3 PREFERÊNCIA POR EFETIVOS E EXCEPCIONALIDADE NA DESIGNAÇÃO DE COMISSIONADOS ... 129
8 AGENTE DE CONTRATAÇÃO ... 130
8.1 DA CONDIÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO OU DE EMPREGADO PÚBLICO ... 131
8.1.1 Complexidade da questão diante da realidade brasileira ... 132

8.2 AGENTE DE CONTRATAÇÃO E O DECRETO FEDERAL N º 11.246, DE 2022 134
8.2.1 Atribuição do agente de contratação e o regulamento federal 135
8.3 CESSÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO OU PREGOEIRO 136
9 AGENTE PÚBLICO E VEDAÇÕES 136
10 DEFESA DOS AGENTES PÚBLICOS PELA ADVOCACIA PÚBLICA 138
10.1 IMPORTÂNCIA DO ESTABELECIMENTO DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL PELO ÓRGÃO DE ADVOCACIA PÚBLICA 140
10.2 DIREITO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL E RESPONSABILIDADE DA ADVOCACIA PÚBLICA PELA NECESSIDADE DE DEFESA 141
10.3 DIREITO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL E ATOS PRATICADOS POR AGENTE DE CONSELHOS PROFISSIONAIS 142
10.4 CONSTITUCIONALIDADE DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL PELA ADVOCACIA PÚBLICA 142
10.5 DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO EM FACE DA ORIENTAÇÃO JURÍDICA DIFERENTE DA INDICADA PELO ARTIGO 53 143

TÍTULO II – DAS LICITAÇÕES 144

CAPÍTULO I – DO PROCESSO LICITATÓRIO 144
11. DOS OBJETIVOS DO PROCESSO LICITATÓRIO 147
11.1 PROPOSTA MAIS VANTAJOSA (VANTAJOSIDADE) 148
11.2 TRATAMENTO ISONÔMICO E JUSTA COMPETIÇÃO 149
11.3 EVITAR SOBREPREÇO, PREÇOS MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS E SUPERFATURAMENTO 149
11.4 INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL 149
11.5 DA GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES 150
11.5.1 Governança das contratações federais e normatização federal (Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021) 150
12. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS 156
12.1 Do plano de contratações anual 157
12.2 Decreto federal nº 10.947/2022 e o plano de contratações anual (PCA) 157
12.3 Plano de contratações anual (pca) e o planejamento prudente 158
13 PUBLICIDADE E ACESSO AOS ATOS DO PROCEDIMENTO 161
14 VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO OU NA EXECUÇÃO CONTRATUAL 162
14.1 VEDAÇÃO DECORRENTE DE SANÇÃO E O REFLEXO EM TERCEIROS 162
14.2 VEDAÇÃO E AUTORIA DOS PROJETOS 163
14.3 VEDAÇÃO E CONTRATAÇÕES PARCIALMENTE FINANCIADAS POR AGÊNCIA OFICIAL DE COOPERAÇÃO ESTRANGEIRA OU POR ORGANISMO FINANCEIRO INTERNACIONAL 163
15 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS NAS LICITAÇÕES 164
15.1 LIMITAÇÃO AO NÚMERO DE EMPRESAS NO CONSÓRCIO 166
15.2 ALTERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO 166
15.3 REGULARIDADE JURÍDICA DO CONSÓRCIO 167
16 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS NAS LICITAÇÕES 168
16.1 CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS E IN 05/2017 (EXPOSIÇÃO ILUSTRATIVA) 169
16.2 COOPERATIVAS DE TRABALHO E A LEI Nº 12.690/2012 170
17 DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO 171
17.1 DA INVERSÃO DE FASES 172
17.1.1 Inversão de fases e desenho do mecanismo licitatório 172

17.1.2 Inversão de fases e as participações desvirtuadas nas licitações 173
17.2 DO FORMATO ELETRÔNICO OU PRESENCIAL 173
17.3 DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA 173
17.4 DA EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÕES 174

CAPÍTULO II – DA FASE PREPARATÓRIA 174

SEÇÃO I – DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 174
18 DA FASE PREPARATÓRIA DO PROCESSO LICITATÓRIO 181
18.1 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 182
18.1.1 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58/2022 184
18.1.2 Da (não) obrigatoriedade de elaboração do estudo técnico preliminar 188
18.1.3 Estimativa do valor da contratação no ETP 191
18.2 DEFINIÇÃO DO OBJETO 191
18.3 TERMO DE REFERÊNCIA 192
18.3.1 Termo de referência e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 81 de 25 de novembro de 2022 193
18.3.2 Sistema TR Digital 194
18.3.3 Exceções à elaboração do TR E IN 81-2022 196
18.4 PROJETO BÁSICO 196
18.4.1 Projeto básico e elementos mínimos 197
18.5 ANTEPROJETO DE ENGENHARIA 199
18.6 PROJETO EXECUTIVO 201
18.7 ANÁLISE DE RISCOS (MAPA DE RISCOS) 201
18.8 A ANÁLISE DE MERCADO COMO COMPONENTE DE APERFEIÇOAMENTO DO PLANEJAMENTO 204
19 DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO COM COMPETÊNCIAS REGULAMENTARES 204
19.1 DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS 205
19.2 *BUILDING INFORMATION MODELLING* – BIM 206
19.3 DECRETO Nº 11.888/2024 E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DISSEMINAÇÃO DO *BUILDING INFORMATION MODELLING* (BIM) 206
19.4. AUXÍLIO DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO E DE CONTROLE NA CONSTRUÇÃO DOS MODELOS 208
20 DA VEDAÇÃO À AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE LUXO 208
20.1 CONCEITO ELASTICIDADE-RENDA DA DEMANDA 210
20.2 BENS DE CONSUMO X BENS PERMANENTES 211
21 AUDIÊNCIA PÚBLICA E CONSULTA PÚBLICA 211
22 MATRIZ DE RISCOS 212
22.1 TAXA DE RISCOS 213
23 ESTIMATIVA DE PREÇOS (PESQUISA DE PREÇOS) 213
23.1 PREÇO DE REFERÊNCIA, PREÇO DE MERCADO E PREÇO TRANSACIONAL 214
23.2 FUNÇÃO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS 216
23.3 INEXATIDÃO DAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS (PESQUISA DE PREÇOS) 216
23.4 PESQUISA DE PREÇOS NAS LICITAÇÕES 217
23.5 PREÇO MÁXIMO X PREÇO ESTIMADO 218
23.6 PESQUISA COM FORNECEDORES 219
23.7 OUTRAS FORMAS EFICIENTES PARA ESTIMATIVA DE PREÇOS 220

23.8 ESTIMATIVA DE PREÇOS NAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 221
23.9 ESTIMATIVA DE PREÇOS NAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS POR MUNICÍPIOS, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL 223
23.10 ESTIMATIVA DE PREÇOS NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS 224
23.11 ESTIMATIVA DE PREÇOS E RESPONSABILIDADE 224
23.12 ESTIMATIVA DE PREÇOS E A INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 65/2021 225
23.12.1 Critérios de elaboração da pesquisa e precificação dos riscos 226
23.12.2 Parâmetros de pesquisa da IN 65/2021 226
23.12.3 IN 65/2021 e pesquisa de preços com fornecedores 228
23.12.4 IN 65/2021 e metodologia para obtenção do preço estimado 228
23.12.5 IN 65/2021 e a pesquisa de preços na contratação direta 229
23.12.6 IN 65/2021 e contratação de itens de tecnologia da informação e comunicação – TIC 230
23.12.7 Adoção da IN 65/2021 pela administração pública estadual, distrital ou municipal 230
23.12.8 Uso da IN 65/2021 para adesões e para contratações de itens específicos em licitações para SRP com adjudicação por grupo 230
23.12.9 IN 65/2021 e orçamento sigiloso 231
23.13 A "CESTA DE PREÇOS" E A FIDEDIGNIDADE DAS FONTES 231
23.14 PESQUISA DE PREÇOS E RASTREABILIDADE 232
23.15 A IMPORTÂNCIA DAS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS PARA A CAPTAÇÃO EFICIENTE DE PREÇOS 232
23.16 EFICIÊNCIA DA PESQUISA DE PREÇOS E REDUÇÃO DO CUSTO TRANSACIONAL DA CONTRATAÇÃO 234
24 ORÇAMENTO SIGILOSO 235
24.1 ORÇAMENTO SIGILOSO PARCIAL 236
24.2 ORÇAMENTO SIGILOSO E PROCEDIMENTO INTERNO 237
24.3 ORÇAMENTO SIGILOSO E ACESSO PELO CONTROLE INTERNO E EXTERNO 238
24.4 ORÇAMENTO SIGILOSO COMO OPÇÃO DISCRICIONÁRIA 238
24.5 ORÇAMENTO SIGILOSO E MOMENTO DE DIVULGAÇÃO 239
24.6 ORÇAMENTO SIGILOSO E LEGISLAÇÕES ESTRANGEIRAS 241
24.7 ORÇAMENTO SIGILOSO E ANÁLISE ECONÔMICA 242
24.8 ORÇAMENTO SIGILOSO E A POTENCIAL VANTAGEM ECONÔMICA NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA 244
24.9 ORÇAMENTO SIGILOSO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO 246
25 EDITAL 249
25.1 EDITAL E SIMPLIFICAÇÃO 250
25.2 PADRONIZAÇÃO DE MINUTAS DE EDITAIS 250
25.3 ELEMENTOS LOCAIS NA PLANILHA DE CUSTOS 250
25.4 DA DIVULGAÇÃO 251
25.5 DA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE 251
25.6 DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL 254
25.7 DO REAJUSTAMENTO 254
25.8 A EXIGÊNCIA DAS COTAS EM RELAÇÃO À MÃO DE OBRA DO CONTRATO 255
25.8.1 Exigência de percentual mínimo da mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica 255
25.8.2 Exigência de cota para mão de obra oriunda do sistema prisional 257

25.8.2.1 Exigência de cota para mão de obra oriunda do sistema prisional e o Decreto nº 9.450/2018 ... 257
25.8.2.2 Da complexidade das contratações de serviços como dificultadores da aplicação da regra do decreto ... 258
25.8.2.3 Da análise de conveniência na utilização das cotas ... 259
26 DA MARGEM DE PREFERÊNCIA ... 260
26.1 DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL OU TECNOLÓGICA OU ACESSO A CONDIÇÕES VANTAJOSAS DE FINANCIAMENTO ... 261
26.2 LICITAÇÕES RESTRITAS A BENS E SERVIÇOS COM TECNOLOGIA DESENVOLVIDA NO PAÍS ... 261
26.3 DECRETO Nº 11.890/2024 E MARGENS DE PREFERÊNCIA ... 261
27 DIVULGAÇÃO DAS EMPRESAS FAVORECIDAS ... 262

SEÇÃO II – DAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO ... 262
28 MODALIDADES LICITATÓRIAS ... 264
28.1 VEDAÇÃO À CRIAÇÃO OU COMBINAÇÃO DE NOVAS MODALIDADES LICITATÓRIAS ... 265
28.2 MODALIDADES LICITATÓRIAS E COMPETÊNCIA LEGISLATIVA ... 266
29 CONCORRÊNCIA E PREGÃO ... 266
30 CONCURSO ... 267
31 LEILÃO ... 267
31.1 LEILÃO COMUM E LEILÃO ADMINISTRATIVO ... 268
31.2 LEILÃO ADMINISTRATIVO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS ... 268
31.3 TIPOS DE LEILÕES (INGLÊS, HOLANDÊS, PRIMEIRO PREÇO, VICKREY, ABERTO E FECHADO) ... 269
31.4 CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO ... 270
31.5 REGULAMENTO FEDERAL DA MODALIDADE LEILÃO ... 271
32 DIÁLOGO COMPETITIVO ... 272
32.1 APLICAÇÃO DO DIÁLOGO COMPETITIVO ... 272
32.2 DIÁLOGO COMPETITIVO E PROCEDIMENTO ... 274
32.2.1 Fase de pré-seleção e seu caráter dual ... 275
32.2.2 Fase de pré-seleção e requisitos flexíveis ... 276
32.3 ADMINISTRAÇÃO DIALÓGICA ... 276
32.4 DIÁLOGO COMPETITIVO E COMISSÃO ... 277
32.5 DIÁLOGO COMPETITIVO X PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE (PMI) ... 277
32.6 DIRETIVAS DA UNIÃO EUROPEIA 2014/24 E MODELOS DE PROCEDIMENTO CONCORRENCIAL DIALÓGICO E FLEXÍVEL ... 279

SEÇÃO III – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO ... 281
33. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO ... 283
34 MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO ... 284
34.1 DA AFERIÇÃO DO MENOR PREÇO PELO MAIOR DESCONTO EM TABELA OU PLANILHA ... 284
35 MELHOR TÉCNICA OU CONTEÚDO ARTÍSTICO ... 286
36 TÉCNICA E PREÇO ... 286
37 NUANCES COMUNS AOS CRITÉRIOS MELHOR TÉCNICA OU TÉCNICA E PREÇO ... 287
37.1 SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E O USO OBRIGATÓRIO DA MELHOR TÉCNICA OU TÉCNICA E PREÇO ... 289

38 DA EXIGÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAL INDICADO NA LICITAÇÃO, DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL 290
39 MAIOR RETORNO ECONÔMICO 291
39.1 MAIOR RETORNO ECONÔMICO E A PECULIAR ESTRUTURAÇÃO DAS PROPOSTAS 292
39.2 CRITÉRIO MAIOR RETORNO ECONÔMICO E O RISCO DE PROPOSTAS INEXEQUÍVEIS... 293
39.3 CONTRATO DE EFICIÊNCIA 293
39.4 APLICAÇÃO POTENCIAL DO CONTRATO DE EFICIÊNCIA 294
39.5 CONTRATO DE EFICIÊNCIA - DO RDC ATÉ A 14.133/2021 296
39.6 CONTRATO DE EFICIÊNCIA E POTENCIALIDADES CONFERIDAS PELA LEI NO 14.133/2021 297

SEÇÃO IV – DISPOSIÇÕES SETORIAIS 299

SUBSEÇÃO I – DAS COMPRAS 299
40 DO PLANEJAMENTO DE COMPRAS 302
40.1 CONDIÇÕES DO SETOR PRIVADO 302
40.2 CONDIÇÕES DO SETOR PRIVADO PARA OBRAS E SERVIÇOS 304
40.3 TERMO DE REFERÊNCIA NAS COMPRAS 304
40.4 ESPECIFICAÇÃO DO BEM E PLANEJAMENTO 305
40.5 PRINCÍPIO DO PARCELAMENTO 305
40.6 PARCELAMENTO (DIVISÃO) DA PRETENSÃO CONTRATUAL 306
40.6.1 Adjudicação por item 306
40.6.2 Adjudicação por itens x aglutinação de objetos 307
40.6.3 Adjudicação por item e empreitada por preço global 308
40.6.4 Item x lote x grupo 309
40.6.5 Divisão da pretensão contratual no direito europeu 310
40.7 CLÁUSULA DE BARREIRA, VEDAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO A MAIS DE UM LOTE E PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE 312
40.7.1 O dever de planejamento e a distinção entre parcelamento e cláusula de barreira 313
40.7.2 A distorção dos incentivos econômicos 313
40.7.3. A tensão com a Lei de Liberdade Econômica 314
40.7.4 Panorama jurisprudencial 315
41 LICITAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE BENS 316
41.1 INDICAÇÃO DE MARCA 316
41.2 AMOSTRA 318
41.3 VEDAÇÃO À CONTRATAÇÃO DE MARCA OU PRODUTO 320
41.4 CARTA DE SOLIDARIEDADE 320
42 DA PROVA DE QUALIDADE DE PRODUTO 321
43 PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO 322
44 DA COMPRA OU LOCAÇÃO DE BENS 323

SUBSEÇÃO II – DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 324
45 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 325
45.1 PROJETO BÁSICO E IMPACTO AMBIENTAL 326
46 REGIMES DE EXECUÇÃO 326
46.1 EXECUÇÃO DIRETA X EXECUÇÃO INDIRETA 326
46.2 EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO 327
46.3 EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL 327

46.4 EMPREITADA INTEGRAL ... 328
46.4.1 Empreitada integral E ADITIVOS ... 329
46.5 TAREFA ... 330
46.6 CONTRATAÇÃO INTEGRADA ... 330
46.7 CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA ... 332
46.8 LIMITES AO REGIMES DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA E SEMI-INTEGRADA ... 333

SUBSEÇÃO III – DOS SERVIÇOS EM GERAL ... 335
47 LICITAÇÕES DE SERVIÇOS – PRINCÍPIOS ... 336
47.1 SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DIVERSOS, AGLUTINAÇÃO E ADJUDICAÇÃO POR ITENS ... 337
48 TERCEIRIZAÇÃO ... 338
48.1 TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS E AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS ... 338
48.2 TERCEIRIZAÇÃO E O DILEMA: ATIVIDADE-FIM VERSUS ATIVIDADE-MEIO ... 339
48.3 VEDAÇÕES À TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS ... 344
48.4 REGRAS PARA OS INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS E CONTRATOS ... 345
48.5 TERCEIRIZAÇÃO E QUEBRA DA IMPESSOALIDADE ... 347
48.6 ÓRGÃOS PÚBLICOS E CONTRATAÇÕES DE "FACILITIES" ... 347
49 DA CONTRATAÇÃO SIMULTÂNEA ... 349
49.1 A QUESTÃO DA PERDA DE ECONOMIA DE ESCALA ... 350
50 SERVIÇOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA ... 351
50.1 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL ... 352
50.2 GESTOR DO CONTRATO E FISCAL DO CONTRATO ... 352
50.3 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA, ADMINISTRATIVA, SETORIAL E PELO PÚBLICO USUÁRIO ... 352
50.4 GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E A NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO ... 354
50.5 REGISTRO DAS OCORRÊNCIAS PELO FISCAL ... 354
50.6 PREPOSTO DA EMPRESA ... 355

SUBSEÇÃO IV – DA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS ... 355
51 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS ... 355

SUBSEÇÃO V – DAS LICITAÇÕES INTERNACIONAIS ... 356
52 LICITAÇÕES INTERNACIONAIS ... 356

CAPÍTULO III – DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO ... 357
53 ANÁLISE PELO ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO ... 358
53.1 ADVOCACIA PÚBLICA E CONFIGURAÇÃO CONSTITUCIONAL ... 359
53.2 DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA NA LEI Nº 8.666/93 ... 361
53.3 O ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO NA LEI Nº 14.133/2021 ... 362
53.4 FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA ... 362
53.5 PAPEL DE CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ... 364
53.6 DA NATUREZA JURÍDICA DO CONTROLE DE LEGALIDADE EXERCIDO PELO ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO ... 365
53.7 EFEITOS DO DESRESPEITO AO CARÁTER PREVENTIVO DA ANÁLISE JURÍDICA ... 366
53.8 NATUREZA NÃO VINCULANTE DO PARECER JURÍDICO ... 367
53.9 ANÁLISE JURÍDICA E PARECERES SINTÉTICOS ... 368
53.10 ANÁLISE JURÍDICA E PARECER REFERENCIAL ... 368
53.11 DA DISPENSA DA ANÁLISE JURÍDICA PARA CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE ... 370
53.11.1 Competência para a relativização da análise jurídica para controle prévio de legalidade ... 371
53.12 DOS VETOS AOS §§2º E 6º DO ARTIGO 53 ... 372
53.13 PAPEL DE APOIO JURÍDICO A OUTROS SERVIDORES ... 373

53.13.1 Da relevância do apoio jurídico prestado pela advocacia pública 374
53.14 RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA JURÍDICO 376
53.14.1 Da inviolabilidade do advogado 377
53.14.2 Da ausência de competência do tribunal de contas para a responsabilização do advogado por sua opinião jurídica 378
53.14.3 Natureza da atividade do parecerista jurídico 381
53.14.4 Responsabilização de gestores e parecerista jurídico 382
53.14.5 Posição do STF e responsabilidade do parecerista 383
53.14.6 TCU e manifestação jurídica irrazoável 387
53.14.7 Posição da OAB 390
54 PUBLICIDADE DO EDITAL 391
54.1 DA PUBLICAÇÃO OBRIGATÓRIA EM DIÁRIO OFICIAL E EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO 391

CAPÍTULO IV – DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES 392
55 PRAZOS PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES 394
55.1 MODIFICAÇÕES NO EDITAL, DIVULGAÇÃO E PRAZOS 395
55.2 INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES 73/2022 E A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES 396
56 DOS MODOS DE DISPUTA 397
56.1 VEDAÇÕES 399
56.2 MODOS DE DISPUTA E A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES 73/2022 399
56.3 LANCES INTERMEDIÁRIOS 400
56.4 REINÍCIO DA DISPUTA 401
56.5 LICITAÇÕES DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA 401
56.5.1 Bonificações e Despesas Indiretas – BDI 402
56.6 "PREGÃO NEGATIVO" 403
57 DO INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES 403
57.1 USO DE ROBÔS PELOS LICITANTES 404
58 DA GARANTIA DA PROPOSTA 407
58.1 FUNCIONALIDADE DA GARANTIA DE PROPOSTA 408
58.2 GARANTIA DE PROPOSTA E A APLICAÇÃO SISTEMÁTICA DO ARTIGO 98: A ANUALIDADE COMO BASE DE CÁLCULO NAS CONTRATAÇÕES PLURIANUAIS 410
58.3 GARANTIA DE PROPOSTA E O MOMENTO DE SUA EXIGÊNCIA 411
58.4 GARANTIA DE PROPOSTA E OS LIMITES DE SUA EXECUÇÃO 412
58.5 GARANTIA DE PROPOSTA EM LICITAÇÃO POR LOTES E PROPORCIONALIDADE 414
58.6 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E A GARANTIA DE PROPOSTA 415

CAPÍTULO V – DO JULGAMENTO 415
59 DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS 417
59.1 DESCLASSIFICAÇÃO E SANEAMENTO 417
59.2 PREÇOS INEXEQUÍVEIS 419
59.3 EXEQUIBILIDADE E AS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA 419
59.4 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE, JOGO DE CRONOGRAMA E JOGO DE PLANILHA 420
59.5 CRITÉRIOS DE INEXEQUIBILIDADE 421
59.5.1 Critérios de inexequibilidade e a Instrução Normativa SEGES 73/2022 421
59.6 DILIGÊNCIAS 422
59.7 DILIGÊNCIAS E DISCRICIONARIEDADE 423
59.8 FORMAS DE DILIGÊNCIA 423

59.9 DESCLASSIFICAÇÃO POR INEXEQUIBILIDADE E JUSTIFICATIVA 424
59.10 GARANTIA ADICIONAL 424
59.11 POSSIBILIDADE DE AJUSTE DA PROPOSTA COM MUDANÇA DE MARCA 425
60 CRITÉRIOS DE DESEMPATE 427
60.1 AÇÕES DE EQUIDADE ENTRE HOMENS E MULHERES COMO CRITÉRIOS DE DESEMPATE E A REGULAMENTAÇÃO FEDERAL 428
60.2 AS IMPLICAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 225/2026 NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: DEVEDOR CONTUMAZ, CONFORMIDADE FISCAL E NOVO CRITÉRIO DE DESEMPATE 429
61 NEGOCIAÇÃO 431

CAPÍTULO VI – DA HABILITAÇÃO 431
62 DA HABILITAÇÃO 436
62.1 HABILITAÇÃO E PROPORCIONALIDADE 436
62.2 HABILITAÇÃO E DISFUNÇÃO 438
63 DECLARAÇÕES E EXIGÊNCIAS GERAIS DE HABILITAÇÃO 439
63.1 ATESTADO DE VISITA TÉCNICA MONITORADA (VISTORIA PRÉVIA) 440
64 DILIGÊNCIAS 441
65 CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E PREVISÃO EDITALÍCIA 442
65.1 REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA SUPERVENIENTE E PERMANÊNCIA NO CERTAME 443
66 HABILITAÇÃO JURÍDICA 443
67 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA 444
67.1 CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL E CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL 445
67.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ROL LEGAL EXAUSTIVO 445
67.3 HABILITAÇÃO E ATESTADOS 446
67.4 SOMATÓRIOS DE ATESTADOS 446
67.5 INDICAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE CANTEIROS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL 447
67.6 ATENDIMENTO DE REQUISITOS PREVISTOS EM LEI ESPECIAL 447
67.7 REGISTRO OU INSCRIÇÃO EM ENTIDADE PROFISSIONAL 448
67.8 DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO CONTRATUAL 449
67.9 PROVA DE EXPERIÊNCIA POR DETERMINADO PERÍODO 449
67.10 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CONSÓRCIO 449
67.11 OUTRAS NUANCES DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA 450
67.12 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA POR MEIO DE POTENCIAL SUBCONTRATADO 450
67.12.1 A natureza excepcional do § 9º e sua dependência de previsão editalícia 451
67.12.2 A O equívoco interpretativo de alguns fornecedores 451
67.12.3 A via adequada para o licitante: impugnar o edital 452
67.12.4 A função limitadora do "teto" de 25% no § 9º do art. 67 da Lei 14.133/2021 452
67.12.5 Finalidade da norma: fomento à especialização e ampliação da competitividade 453
68 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA 454
68.1 REGULARIDADE FISCAL 454
68.1.1 Regularidade fiscal e limites constitucionais 454
68.1.2 Regularidade fiscal e judicialização 455
68.1.3 Certidão de regularidade fiscal não fornecida no município do licitante 457
68.1.4 Regularidade fiscal e compatibilidade com o objeto licitado 458

68.2 REGULARIDADE PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO E CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT) ... 459
68.2.1 Fundamentos da CNDT ... 460
68.2.2 Certidão trabalhista e exigência em qualquer contratação ... 460
69 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA ... 461
69.1 BALANÇO PATRIMONIAL ... 462
69.2 FALÊNCIA ... 463
69.3 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E VEDAÇÕES ... 463
69.4 REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA COMPRAS COM ENTREGA FUTURA, OBRAS E SERVIÇOS ... 464
69.5 RELAÇÃO DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO LICITANTE ... 464
69.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E A FRAGILIDADE DE SUA UTILIZAÇÃO MERAMENTE FORMAL ... 465
70 MITIGAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ... 467
70.1 DISPENSA DE HABILITAÇÃO E REGULARIDADE COM A SEGURIDADE SOCIAL ... 468

CAPÍTULO VII – DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO ... 469
71 DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO ... 469
71.1 DA AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA ... 470
71.2 REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO ... 471
71.3 ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO ... 472
71.4 AUTOTUTELA E DECADÊNCIA ... 473
71.5 INVALIDAÇÃO, AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO ... 473
71.6 CONVALIDAÇÃO DE VÍCIO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ... 474

CAPÍTULO VIII – DA CONTRATAÇÃO DIRETA ... 477

SEÇÃO I – DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA ... 477
72 CONTRATAÇÃO DIRETA ... 478
72.1 CONTRATAÇÃO DIRETA E REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO ... 478
72.2 CONTRATAÇÃO DIRETA E COMPETÊNCIA LEGISLATIVA ... 479
72.3 DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA ... 479
72.4 CONTRATAÇÃO DIRETA E ANÁLISE JURÍDICA OBRIGATÓRIA ... 480
72.5 JUSTIFICATIVA DO PREÇO ... 481
72.6 CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE E A COTAÇÃO COM OUTROS FORNECEDORES ... 482
72.7 PONDERAÇÃO ECONÔMICA SOBRE A JUSTIFICATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE ... 484
72.8 CONTRATAÇÃO DIRETA E DÉBITO COM A SEGURIDADE SOCIAL ... 486
73 CONTRATAÇÃO DIRETA E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ... 487

SEÇÃO II – DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO ... 488
74 INEXIGIBILIDADE ... 489
74.1 INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO ... 490
74.2 INEXIGIBILIDADE E JUSTIFICATIVA ... 491
74.3 INEXIGIBILIDADE E NÃO TAXATIVIDADE ... 492
74.4 CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR EXCLUSIVO ... 492
74.4.1 Delimitação da exclusividade ... 492
74.4.2 Exclusividade absoluta e exclusividade relativa ... 493
74.5 PROFISSIONAL DE SETOR ARTÍSTICO E INEXIGIBILIDADE ... 493
74.5.1 Contratação do artista por empresário exclusivo ... 494

74.5.2 Contratações artísticas e concurso ... 494
74.6 SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E INEXIGÍVEIS ... 495
74.6.1 Serviços técnicos profissionais especializados ... 496
74.6.1.1 Serviços técnicos especializados e participação do corpo técnico na execução contratual ... 496
74.6.2 Notória especialização ... 497
74.6.2.1 Notória especialização e respeito à impessoalidade ... 497
74.6.3 Da não exigência de natureza singular ao serviço ... 499
74.6.4 Inexigibilidade e contratação de advogado e de contador ... 500
74.6.5 Vedação para serviços de publicidade ... 503
74.6.6 Lei federal nº 12.232/2010 e licitação de serviços de publicidade ... 503
74.7 OBJETOS QUE DEVAM OU POSSAM SER CONTRATADOS POR MEIO DE CREDENCIAMENTO ... 505
74.8 AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO DE IMÓVEL CUJAS CARACTERÍSTICAS DE INSTALAÇÕES E DE LOCALIZAÇÃO TORNEM NECESSÁRIA SUA ESCOLHA ... 506
74.8.1 Requisitos ... 506
74.8.2 Desnecessidade de existência de um único imóvel apto ... 507
74.8.3 Contratação direta de locação sob medida (*built to suit*) ... 508

SEÇÃO III – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO ... 510
75 DISPENSA ... 513
75.1 DISPENSA DE PEQUENO VALOR (INCISOS I E II) ... 513
75.1.1 Dispensa de pequeno valor e fracionamento ilícito ... 514
75.1.2 Fracionamento ilícito e necessidade superveniente ... 516
75.1.3 Serviços de manutenção de veículos automotores ... 516
75.1.4 Dispensa de pequeno valor e consórcio público ... 517
75.1.5 Dispensa de pequeno valor e procedimento eletrônico ... 518
75.1.6 Dispensa eletrônica e a Instrução Normativa n. 67/2021 ... 518
75.1.7 Dispensa eletrônica: hipóteses de uso e procedimento ... 519
75.1.8 Dispensa de pequeno valor e aditivo para aumento contratual ... 522
75.2 LICITAÇÃO DESERTA E FRACASSADA ... 523
75.2.1 Do prazo de um ano da realização da licitação ... 523
75.2.2 Da manutenção das condições definidas no anterior edital ... 524
75.2.3 Licitação deserta ou fracassada e Sistema de Registro de preços ... 524
75.3 AQUISIÇÃO DE COMPONENTES VINCULADA À GARANTIA (INC. IV, ALÍNEA ***A***) ... 525
75.4 DISPENSA EM FACE DE ACORDO INTERNACIONAL (INC. IV, ALÍNEA ***B***) ... 525
75.5 PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (INC. IV, ALÍNEA C) ... 525
75.6 CONTRATAÇÃO POR INSTITUIÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (INC. IV, ALÍNEA D) ... 526
75.7 COMPRAS DE GÊNEROS PERECÍVEIS (INC. IV, ALÍNEA E) ... 526
75.8 COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA E DEFESA NACIONAL (INC. IV, ALÍNEA F) ... 527
75.9 PADRONIZAÇÃO DE MATERIAL MILITAR (INC. IV, ALÍNEA G) ... 527
75.10 CONTINGENTES MILITARES (INC. IV, ALÍNEA H) ... 527
75.11 ABASTECIMENTO DE EMBARCAÇÕES, AERONAVES E TROPAS (INC. IV, ALÍNEA I) ... 528
75.12 RESÍDUOS SÓLIDOS (INC. IV, ALÍNEA J) ... 528
75.13 OBRA DE ARTE E OBJETOS HISTÓRICOS (INC. IV, ALÍNEA K) ... 528
75.14 CONTRATAÇÕES DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO CIENTÍFICA (INCISO V) ... 529

75.15 CONTRATAÇÃO QUE POSSA ACARRETAR COMPROMETIMENTO DA SEGURANÇA NACIONAL (INCISO VI) ... 533
75.16 DECLARAÇÃO DE GUERRA E PERTURBAÇÃO DA ORDEM (INCISO VII) ... 533
75.17 EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA (INCISO VIII) ... 534
75.17.1 Dispensa emergencial e desídia do gestor público ... 535
75.17.2 Gestor desidioso e responsabilização ... 535
75.17.3 Contratação emergencial e contingenciamento ... 536
75.17.4 Contratação emergencial e prorrogação ... 536
75.17.5 Situação emergencial ou de calamidade e discricionariedade da contratação direta ... 537
75.17.6 Dispensa emergencial e sublimação da fase interna ... 538
75.18 CONTRATAÇÃO DE ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (INCISO IX) ... 538
75.18.1 Lei 14.744/2023 e a dispensa para serviços postais não exclusivos e serviços de comunicação multimídia ... 539
75.19 INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (INCISO X) ... 539
75.20 CONTRATO DE PROGRAMA EM CONSÓRCIO PÚBLICO OU CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO (INCISO XI) ... 540
75.20.1 Consórcio público ... 541
75.20.2 Contrato de Programa ... 541
75.21 CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS ESTRATÉGICOS PARA O SUS (INCISO XII) ... 542
75.22 CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE CRITÉRIOS DE TÉCNICA (INCISO XIII) ... 543
75.23 ASSOCIAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA (INCISO XIV) ... 543
75.24 DISPENSA PARA PESQUISA, ENSINO, DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL OU RECUPERAÇÃO SOCIAL DE PRESOS (INC. XV) ... 543
75.24.1 Instituição e pertinência com o objeto contratado ... 544
75.24.2 A dispensa do inciso xv e a subcontratação ... 544
75.24.3 Pluralidade de instituições e licitação ... 545
75.25 AQUISIÇÃO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS PARA A SAÚDE (INCISO XVI) ... 545
75.26 CONTRATAÇÃO DIRETA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CISTERNAS PARA FAMÍLIAS RURAIS DE BAIXA RENDA ... 547
75.27 CONTRATAÇÃO DIRETA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO GRATUITA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL ... 549
75.27.1 O programa cozinha solidária ... 550

CAPÍTULO IX – DAS ALIENAÇÕES ... 551

76 DAS ALIENAÇÕES DE BENS PÚBLICOS ... 553
76.1 AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA ... 554
76.2 DAÇÃO EM PAGAMENTO ... 555
76.3 DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO ... 555
76.4 ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS E ABUSO ADMINISTRATIVO ... 556
76.5 DESAFETAÇÃO ... 556
77 ALIENAÇÃO E DIREITO DE PREFERÊNCIA ... 557

CAPÍTULO X – DOS INSTRUMENTOS AUXILIARES ... 557

SEÇÃO I – DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES ... 557
78 PROCEDIMENTOS AUXILIARES ... 557
78.1 PROCEDIMENTOS AUXILIARES E POTENCIALIDADES INSPIRADAS EM MODELOS DE ACORDO-QUADRO ... 558

78.2 A MODELAGEM DOS ACORDOS-QUADRO E O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 560
78.3 A MODELAGEM DOS ACORDOS-QUADRO E O CREDENCIAMENTO 561
78.4 A MODELAGEM DOS ACORDOS-QUADRO E A PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE 563

SEÇÃO II – DO CREDENCIAMENTO 564
79 CREDENCIAMENTO 565
79.1 CREDENCIAMENTO E NATUREZA JURÍDICA 566
79.2 CREDENCIAMENTO E CONTRATAÇÕES DIRETAS 567
79.3 CREDENCIAMENTO E APLICABILIDADE 568
79.3.1 Contratação paralela e não excludente 569
79.3.2 Seleção a critério de terceiros 569
79.3.3 Mercados fluidos 570
79.3.3.1 A flutuação do valor e das condições de contratação como característica estrutural de determinados mercados 571
79.3.3.2 Licitações desertas, fracassadas e contratações frustradas como evidência empírica da fluidez 572
79.3.3.3 A delimitação regulamentar dos objetos e a contribuição da jurisprudência dos tribunais de contas 573
79.3.4 Comércio eletrônico (ofertado no SICX) 575
79.3.4.1 O SICX como infraestrutura de contratação pública digital 576
79.3.4.2 A distinção entre a plataforma SICX e o credenciamento 578
79.3.4.3 Credenciamento permanente e formação dinâmica da base de fornecedores 579
79.3.4.4 Competição entre credenciados, inexigibilidade e automação da isonomia 580
79.3.4.5 Enquadramento normativo do comércio eletrônico como hipótese de credenciamento 581
79.3.4.6 A inviabilidade relativa de competição como fundamento do SICX 581
79.3.4.7 Hipóteses de inviabilidade relativa aptas a justificar a adoção do SICX 582
79.3.4.8 O Plano de Contratações Anual e o Estudo Técnico Preliminar como instrumentos de racionalização 583
79.3.4.9 Parâmetros para a regulamentação 584
79.3.4.10 Padronização, catálogo e delimitação do campo de aplicação 585
79.3.4.11 Eficiência administrativa e redução dos custos transacionais 586
79.3.4.12 Governança, planejamento e controle da seleção automatizada 587
79.3.4.13 Federalismo e possibilidade de expansão do SICX 588
79.3.4.14 Potencial transformador e limites do SICX 589
79.3.4.15 O Decreto nº 13.106/2026 e a regulamentação federal do sistema de compras expressas 590
79.3.4.15.1 O objeto do Sicx e a fronteira que o decreto não traçou 590
79.3.4.15.2 Planejamento no SICX 591
79.3.4.15.3 Formação e alteração de preços 592
79.3.4.15.4 Ranqueamento automatizado, parametrização e dever de motivar 593
79.3.4.15.5 Recebimento tácito e liberação do pagamento 594

79.3.4.15.6 Habilitação uniforme e o filtro do Cadin ... 595
79.3.4.15.7 Integração com plataformas de comércio eletrônico ... 595
79.3.4.15.8 Abrangência, integração e a questão federativa ... 596
79.3.4.15.9 Integridade e indução à conformidade antes da sanção ... 596
79.3.4.15.10 Inativação temporária ... 597
79.3.4.15.11 Sanções ... 597
79.3.4.15.12 Reputação e mecanismo de sinalização ... 598
79.3.4.15.13 Vigência, transição e a agenda de preparação ... 598
79.3.4.15.14 Ponderações finais ... 599
79.4 CREDENCIAMENTO E BALIZAS LEGAIS ... 600
79.5 CREDENCIAMENTO E REMUNERAÇÃO ... 601
79.6 CREDENCIAMENTO E ESCOLHA DO FORNECEDOR ... 601
79.7 DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL ... 602
79.8 CREDENCIAMENTO E FIXAÇÃO DE PREÇOS NAS HIPÓTESES COMPATÍVEIS ... 602
79.9 CREDENCIAMENTO E REAJUSTE ... 603
79.10 CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E E-MARKETPLACE ... 603
79.11 POTENCIALIDADES DA IMPLANTAÇÃO DO E-MARKETPLACE PÚBLICO NO BRASIL ... 609
79.12 O REGULAMENTO FEDERAL DO CREDENCIAMENTO (DECRETO Nº 11.878/2024) ... 611
79.13 PROJETO CONTRATA+BRASIL E A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /MGI Nº 52, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2025 ... 612
79.13.1 Da modelagem jurídica adotada ... 613
79.13.2 Princípios e principais atores ... 614
79.13.3 O procedimento de contratação ... 615
79.13.4 Do monitoramento da contratação ... 618
79.13.5 Sanções administrativas e a inativação temporária ... 618
79.13.6 Sucinta reflexão sobre os avanços possíveis e a prudência necessária ... 620

SEÇÃO III – DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO ... 621
80 PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE ... 622
80.1 CARÁTER PERMANENTE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO ... 623
80.2 ESPÉCIES ... 623
80.3 A PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE DA LEI Nº 14.133/2021 E A PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE LICITANTES DA LEI Nº 8.666/93 ... 624
80.4 DO PROCEDIMENTO ... 625
80.5 LICITAÇÃO RESTRITA AOS PRÉ-QUALIFICADOS ... 627
80.6 PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE E COMPARTILHAMENTO ... 627

SEÇÃO IV – DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE ... 628
81 PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE ... 628

SEÇÃO V 0 DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ... 630
82 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ... 633
82.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A EVOLUÇÃO NORMATIVA DO SRP ... 634
82.2 PONTOS DE DESTAQUE NA REGULAMENTAÇÃO FEDERAL SOBRE O SRP (DECRETO FEDERAL Nº 11.462/2023) ... 635
82.2.1 Rol exemplificativo das hipóteses de adoção do SRP ... 635

82.2.2 Critério de julgamento e modalidades compatíveis ... 636
82.2.3 Adesão por órgão participante ... 637
82.2.4 Ampliação do cadastro de reserva ... 637
82.2.5 Cadastro de reserva e exigência de habilitação ... 638
82.2.6 O remanejamento das quantidades registradas na ARP ... 639
82.2.7 A utilização de atas de registros de preços baseadas nas Leis nº 8.666/93, 10.520/2002 e RDC, após suas revogações ... 639
82.3 PARÂMETROS E CONDIÇÕES LEGAIS PARA APLICAÇÃO DO SRP NA LEI Nº 14.133/2021 ... 642
82.3.1 Possibilidade de fornecedores registrados com preços diferentes ... 643
82.3.2 Características do SRP e condições para sua adoção ... 644
82.3.3 Facultatividade de contratação e risco de abuso pelo órgão licitante ... 646
82.3.4 SRP e o compartilhamento de demandas ... 646
82.4 REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES DIRETAS ... 647
82.4.1 Registro de preços para contratações diretas e mercados com preços voláteis (fluidos) ... 648
82.5 SRP E MENOR PREÇO POR GRUPO ... 649
82.6 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE ... 651
82.7 ADOÇÃO DO SRP PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS ... 652
82.8 SRP E REGIME DE EXECUÇÃO ... 654
82.9 CADASTRO DE RESERVA ... 654
82.10 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO OU ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS ... 655
82.10.1 Alteração e atualização dos preços registrados ... 657
82.10.2 Sugestões de modelagens para "atualização" da ata de registro de preços na lei nº 14.133/2021 ... 658
82.10.3 Sugestões de modelagens para "alteração" dos preços da ata de registro de preços ... 660
82.10.4 A tabela referencial dinâmica x reajuste ... 662
82.10.5 Tabela referencial dinâmica como modelo necessário diante de ineficiência da tabela referencial estática ... 663
82.10.6 Cautelas técnicas para a adoção da tabela referencial dinâmica ... 666
83. A INEXISTÊNCIA DA OBRIGATORIEDADE DE CONTRATAR ... 666
83.1 SRP, PRETENSÃO CONTRATUAL E BOA-FÉ ... 667
83.2 SRP E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ... 668
84 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ... 668
84.1 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS X CONTRATO ADMINISTRATIVO ... 668
84.2 PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA ... 669
84.3 VALIDADE DA ATA E COMPETÊNCIA LEGISLATIVA ... 670
84.4 INÍCIO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA ... 670
84.5 SRP E ACRÉSCIMOS DOS QUANTITATIVOS CONTRATADOS ... 671
84.6 PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ... 671
84.6.1. Prorrogação da ata e renovação dos quantitativos fixados na licitação ... 672
84.6.2. Prorrogação da ata e renovação dos quantitativos para adesão ... 675
84.6.3. Prorrogação da arp e plano de contratações anual (PCA) ... 676
84.6.4. A prorrogação da ata com saldo disponível ... 677

84.6.5 Prorrogação de arp composta por múltiplos itens com diferentes níveis de consumo ... 678
84.6.6 a prorrogação antecipada da ata de registro de preços ... 678
84.7 OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR E NOTA DE EMPENHO ENCAMINHADA APÓS O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA ... 680
84.8 PREÇOS REGISTRADOS: REVISÃO ECONÔMICA E NEGOCIAÇÃO ... 680
85 REGISTRO DE PREÇOS PARA OBRAS ... 684
86 INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS ... 685
86.1 DA DISPENSA DO PROCEDIMENTO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP ... 686
86.2 ÓRGÃO GERENCIADOR, PARTICIPANTE E O NÃO PARTICIPANTE ("CARONA") ... 687
86.2.1 Competências do órgão ou da entidade gerenciadora ... 687
86.2.2 Competências do órgão ou da entidade participante ... 689
86.3 UTILIZAÇÃO DA ATA E CONTROLE DE LEGALIDADE PELO ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO ... 691
86.3.1 Órgão participante e o controle prévio de legalidade pela assessoria jurídica ... 691
86.3.2 órgão não participante e o controle prévio de legalidade pela assessoria jurídica ... 692
86.4 ARP E OS ASPECTOS SUBJETIVOS IMPACTANTES NO PREÇO ... 692
86.5 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ... 693
86.6 NATUREZA JURÍDICA DA ADESÃO ... 693
86.7 ADESÃO E LIMITES ... 694
86.7.1 LImites subjetivos ... 696
86.7.1.1 Limite subjetivo e vedação da adesão por órgãos e entes federais a atas de outros entes ... 696
86.7.1.2 Limite subjetivo e a adesão a atas gerenciadas por órgãos e entes municipais ... 697
86.7.1.3 Limite subjetivo e impossibilidade de adesão a ata de estatal lastreada na Lei nº 13.303/2016 ... 698
86.7.1.4 Da possibilidade de adesão a item SRP estatal lastreado na Lei nº 14.133/2021 ... 701
86.7.2 Limite quantitativo individual ... 702
86.7.3 Limite quantitativo global ... 702
86.7.4 Limite temporal ... 703
86.7.5 Limite formal ... 703
86.7.6 Limite lógico ... 704
86.7.6.1 Limite lógico e necessidade de confecção de termo de referência ... 704
86.7.7 Limite procedimental ... 705
86.8 ADESÃO À ATA E ALTERAÇÕES DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS ORIGINAIS ... 705
86.9 ADESÃO DE ÓRGÃOS FEDERAIS À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROVENIENTE DE ENTIDADES DO "SISTEMA S" ... 706
86.10 ADESÃO DE ENTIDADES PRIVADAS À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES FEDERAIS ... 706
86.11 SRP, PLANEJAMENTOS MERAMENTE FORMAIS E O RISCO DA "BARRIGA DE ALUGUEL" ... 707
86.12 SRP E AS ATAS GUARDA-CHUVA ... 707
86.13 SRP E AMADURECIMENTO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS PARA CONTROLE ... 708
86.14 DA ADESÃO EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA ... 708

86.15 SRP E CONVÊNIOS ... 709
86.16 SRP E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ... 710
86.17 DA RECUSA DO FORNECEDOR REGISTRADO ... 711
86.18 POSSIBILIDADE DE SANCIONAMENTO PELA RECUSA DE FORNECIMENTO AO CARONA ... 711

SEÇÃO VI – DO REGISTRO CADASTRAL ... 712
87 DO REGISTRO CADASTRAL ... 713
87.1 SICAF, SISG E A GÊNESE DA IDEIA DO REGISTRO CADASTRAL COMO PROCEDIMENTO AUXILIAR ... 714
87.2 PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP) E O REGISTRO CADASTRAL UNIFICADO ... 715
88 REGISTRO CADASTRAL E O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO ... 716
88.1 REGISTRO CADASTRAL E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO CONTRATANTE ... 717

TÍTULO III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS ... 717

CAPÍTULO I – DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS ... 717
89 CONTRATO ADMINISTRATIVO ... 721
89.1 CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS ... 722
89.2 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO ... 724
89.3 BREVE APONTAMENTO SOBRE A INCOMPLETUDE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 725
89.4 CONTRATO ADMINISTRATIVO E CONSENSUALIDADE ... 725
90 CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO ... 726
90.1 PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ... 726
90.2 CONVOCAÇÃO DE LICITANTE REMANESCENTE ... 727
90.3 LICITANTE REMANESCENTE E SANCIONAMENTO ... 728
90.4 PROCEDIMENTO APÓS ASSINATURA DO CONTRATO OU INÍCIO DA EXECUÇÃO ... 728
91 FORMALISMO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS ... 729
91.1 RECONHECIMENTO DE DÍVIDA ... 730
91.2 RECONHECIMENTO DE DÍVIDA E ELEMENTOS CONDICIONANTES ... 731
91.3 RECONHECIMENTO DE DÍVIDA E BOA-FÉ CONTRATUAL ... 732
92 CLÁUSULAS NECESSÁRIAS ... 733
92.1 ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO E QUITAÇÃO ... 734
92.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO ... 734
92.3 LIQUIDAÇÃO DE DESPESA ... 734
92.4 PERÍODO ANTECEDENTE ... 734
92.5 REAJUSTE E OBRIGATORIEDADE ... 735
93 CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS ... 735
94 PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP) ... 736
94.1 CONTRATAÇÕES URGENTES, EFICÁCIA PRECÁRIA E CONVALIDAÇÃO DE EVENTUAL ATRASO NA PUBLICIDADE DO ATO ... 736
94.2 CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS E DIVULGAÇÃO ... 737
95 OBRIGATORIEDADE E FACULTATIVIDADE DO INSTRUMENTO CONTRATUAL ... 737
95.1 HIPÓTESES DE FACULTATIVIDADE DE USO DO INSTRUMENTO E INTERPRETAÇÃO AMPLIATIVA ... 738
95.2 ORDEM DE SERVIÇO OU SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO ... 739
95.3 CONTRATO VERBAL ... 739

CAPÍTULO II – DAS GARANTIAS ... 740
96 GARANTIA CONTRATUAL ... 742
96.1 GARANTIA E DISCRICIONARIEDADE ... 743

96.2 GARANTIA E NECESSÁRIA PREVISÃO NO EDITAL ... 743
96.3 MODALIDADES DE GARANTIA E OPÇÃO PELA CONTRATAÇÃO ... 743
96.4 CAUÇÃO ... 744
96.5 SEGURO-GARANTIA ... 745
96.6 FIANÇA BANCÁRIA ... 746
96.7 TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO ... 746
97 SEGURO-GARANTIA E ESPECIFICIDADES ... 748
98 GARANTIAS E PERCENTUAL ORDINÁRIO ... 749
98.1 GARANTIAS E PERCENTUAL ORDINÁRIO EM CONTRATOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA ... 749
98.2 GARANTIA NOS CONTRATOS CONTÍNUOS E A CONTROVÉRSIA SOBRE A CUMULATIVIDADE ANUAL ... 750
98.3 O SEGURO GARANTIA PARA COBERTURA DE DÉBITOS TRABALHISTAS E O CONDICIONAMENTO AO TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO JUDICIAL ... 752
99 GARANTIA COM LIMITE AMPLIADO E CLÁUSULA DE RETOMADA (*STEP-IN*) ... 755
99.1 OBJETOS PASSÍVEIS DE ADOÇÃO DA GARANTIA COM LIMITE AMPLIADO ... 756
99.2 OUTRAS EXIGÊNCIAS LEGAIS NECESSÁRIAS À CONTRATAÇÃO ... 756
99.3 CONEXÃO DO ARTIGO 99 COM O ARTIGO 102 ... 756
100 LIBERAÇÃO OU RESTITUIÇÃO DA GARANTIA ... 757
101 ENTREGA DE BENS PELA ADMINISTRAÇÃO E VALOR DA GARANTIA ... 757
102 SEGURO-GARANTIA COM CLÁUSULA DE RETOMADA ... 757
102.1 PERFORMANCE BOND ... 758
102.2 PERFORMANCE BOND. VANTAGENS E RISCOS ... 759
102.3 SEGURO-GARANTIA COM CLÁUSULA DE RETOMADA E REGRAS LEGAIS ... 762
102.4 CLÁUSULA DE RETOMADA E OBRIGATORIEDADE ... 763
102.5 CLÁUSULA DE RETOMADA E APLICAÇÃO RESTRITA A CONTRATAÇÕES DE GRANDE VULTO ... 764
102.6 SEGURO-GARANTIA COM CLÁUSULA DE RETOMADA E O DESAFIO DE ADAPTAÇÃO . 764

CAPÍTULO III – DA ALOCAÇÃO DE RISCOS ... 765

103 MATRIZ DE RISCOS ... 766
103.1 ALOCAÇÃO DE RISCOS E EFICIÊNCIA ECONÔMICA ... 768
103.2 COBERTURA POR SEGURADORAS E ALOCAÇÃO DE RISCOS ... 769
103.3 ALOCAÇÃO DE RISCOS E MENSURAÇÃO DO VALOR ESTIMADO (TAXA DE RISCOS) ... 770

CAPÍTULO IV – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ... 771

104 PRERROGATIVAS CONTRATUAIS DA ADMINISTRAÇÃO (CLÁUSULAS EXORBITANTES) ... 771
104.1 FISCALIZAÇÃO ... 772
104.2 APLICAÇÃO DE SANÇÕES ... 773
104.3 OCUPAÇÃO PROVISÓRIA ... 773
104.3.1 Ocupação provisória e serviços essenciais ... 774
104.3.2 Ocupação provisória e serviços terceirizados ... 775
104.4 IMPOSIÇÃO DE ÔNUS ESPECIAIS ... 775

CAPÍTULO V – DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS ... 776

105 DURAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA LEI DE LICITAÇÕES E O AVANÇO EM RELAÇÃO À LEI Nº 8.666/93 ... 777
105.1 ORÇAMENTO ... 778
105.2 EXIGÊNCIA DE PREVISÃO NO PLANO PLURIANUAL ... 780
106 FORNECIMENTOS CONTÍNUOS ... 780
106.1 CARACTERIZAÇÃO COMO FORNECIMENTOS CONTÍNUOS (DE BENS OU SERVIÇOS) ... 781

106.2 INAPLICABILIDADE DA MODELAGEM OBRIGATÓRIA DADA AOS SERVIÇOS CONTÍNUOS ... 781
106.3 DIRETRIZES PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS COM PRAZO DE ATÉ CINCO ANOS ... 782
106.3.1 Atestação de vantagem econômica na contratação plurianual ... 782
106.3.2 Existência de créditos orçamentários e vantagem na continuidade contratual 782
106.3.3 Extinção do contrato pela ausência de crédito orçamentário ou pela ausência de vantagem em sua continuidade ... 783
107 PRORROGAÇÃO (RENOVAÇÃO) ATÉ A VIGÊNCIA DECENAL ... 784
107.1 PRORROGAÇÃO X RENOVAÇÃO ... 784
107.2 PERÍODOS SUCESSIVOS ... 785
107.3 REQUISITOS ... 785
107.3.1 Renovação e previsão editalícia ... 786
107.3.2 Renovação e "vantajosidade" ... 786
107.3.3 Pesquisa de preços e renovação de contratações de prestação continuada ... 787
107.4 RENOVAÇÃO CONTRATUAL E PASSOS FORMAIS ... 790
107.5 PRORROGAÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO ... 791
107.6 RENOVAÇÃO (PRORROGAÇÃO) CONTRATUAL E IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO NAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS ... 791
108 CONTRATOS ESPECÍFICOS E PRAZO DE VIGÊNCIA DECENAL ... 792
109 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E VIGÊNCIA INDETERMINADA ... 793
109.1 CONVÊNIOS E VIGÊNCIA INDETERMINADA ... 795
110 VIGÊNCIA NO CONTRATO DE EFICIÊNCIA ... 795
111 CONTRATOS POR ESCOPO E PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DA VIGÊNCIA ... 796
111.1 PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE ESCOPO E SUA NATUREZA ... 798
111.2 PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DA VIGÊNCIA E SUA FORMALIZAÇÃO ... 798
112 PRAZOS CONTRATUAIS PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO ESPECIAL ... 799
113 VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO ... 799
114 VIGÊNCIA DOS CONTRATOS PARA OPERAÇÃO CONTINUADA DE SISTEMAS ESTRUTURANTES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ... 800

CAPÍTULO VI – DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ... 800
115 DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ... 801
115.1 SUSPENSÃO DO CONTRATO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ... 802
115.2 PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO ... 802
115.3 PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA X TERMO ADITIVO ... 803
115.4 DA OBRIGATORIEDADE DE PRÉVIA OBTENÇÃO DA LICENÇA PRÉVIA ... 804
116 CONTRATO E RESERVA DE CARGOS ... 804
117 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL ... 805
117.1 GESTOR DO CONTRATO E FISCAL DO CONTRATO ... 805
117.1.1 Espécies de fiscalizações ... 805
117.2 ESPÉCIES DE FISCALIZAÇÕES ... 807
117.3 FISCAL DO CONTRATO E TERCEIRIZAÇÃO ... 808
117.4 REGISTRO PELO FISCAL ... 808
117.5 FISCALIZAÇÃO E VEDAÇÕES A ATOS DE INGERÊNCIA ... 809
117.6 FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO E DE CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO ... 810

118 PREPOSTO DA EMPRESA 810
119 EXECUÇÃO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO POR VÍCIOS 812
120 EXECUÇÃO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO POR DANOS 812
121 RESPONSABILIDADE TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA, FISCAL E COMERCIAL 812
121.1 CONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO (STF ADC 16) 813
121.2 ENUNCIADO 331 DO TST 814
121.3 RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO POR DÉBITOS TRABALHISTAS 816
121.4 RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA E CONTRATO DECORRENTE DE OBRA 819
121.4.1 Instrução Normativa nº 06/18 e cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas quando da execução indireta de obras públicas 819
121.5 LIMITES AMPLOS DA RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA 821
121.6 RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA E DESVIO DE FUNÇÃO 821
121.7 CONVÊNIOS E RESPONSABILIDADE TRABALHISTA DO CONVENENTE 821
121.8 CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO E CONTA VINCULADA 822
121.9 CONTRATOS DE EVENTO MUSICAL E RESPONSABILIZAÇÃO PELO PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS 823
121.10 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA 824
121.11 DECRETO FEDERAL Nº 12.174/2024 E GARANTIAS TRABALHISTAS A SEREM OBSERVADAS NOS CONTRATOS 824
122 SUBCONTRATAÇÃO 827
122.1 SUBCONTRATADO E EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO 828
123 DECISÃO ADMINISTRATIVA E DEVER DE EMISSÃO 828

CAPÍTULO VII – DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS 829

124 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS 831
124.1 ALTERAÇÕES QUALITATIVAS 832
124.2 ALTERAÇÕES QUANTITATIVAS 833
124.3 ALTERAÇÕES QUALITATIVAS-QUANTITATIVAS 833
124.4 ALTERAÇÃO UNILATERAL E MOTIVAÇÃO 833
124.5 ALTERAÇÃO UNILATERAL E AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO CONTRATO 834
124.6 ALTERAÇÃO CONSENSUAL 834
124.6.1 Alteração consensual e substituição da garantia de execução 835
124.6.2 Alteração consensual e mudança do regime de execução 835
124.6.3 Mudança da forma de pagamento e vedação à antecipação de pagamento 837
124.7 REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO 839
124.7.1 Objeto do reequilíbrio econômico 841
124.7.2 Reequilíbrio econômico e termo aditivo 842
124.7.3 Reequilíbrio econômico e variação de taxa cambial 843
124.7.4 Reequilíbrio econômico e alocação do risco pelo contrato (matriz de riscos) 844
124.7.5 Cumulação de reajuste e reequilíbrio econômico 844
124.7.6 Reequilíbrio econômico-financeiro e incidência tributária 845
124.8 FALHA NO PROJETO E RESPONSABILIDADE 846
125 ALTERAÇÕES UNILATERAIS E LIMITES 847
125.1 LIMITES E INCIDÊNCIA PARA ALTERAÇÕES QUALITATIVAS OU QUANTITATIVAS 848
125.2 LIMITES E ALTERAÇÕES CONSENSUAIS 850

125.3 ALTERAÇÕES CONSENSUAIS E O APROFUNDAMENTO SOBRE A EXISTÊNCIA DE LIMITES ... 850
125.4 A SUBMISSÃO, EM REGRA, AOS LIMITES DAS ALTERAÇÕES UNILATERAIS, POR ANALOGIA ... 851
125.5 A SUPERAÇÃO DO LIMITE RELATIVO (APLICADO POR ANALOGIA) MEDIANTE JUSTIFICATIVA NO CASO CONCRETO ... 854
125.6 ALTERAÇÕES CONSENSUAIS E O ACÓRDÃO Nº 1753/2026, PLENÁRIO DO TCU ... 856
125.7 ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIAL E ECONÔMICA ... 859
125.7.1 Delineamento dos critérios de viabilidade técnica, econômica e social ... 859
125.7.2 O critério econômico e a necessária consideração dos custos de conclusão do objeto ... 861
125.8 UMA PROPOSTA DE APERFEIÇOAMENTO DOGMÁTICO: A APLICAÇÃO ANALÓGICA DOS CRITÉRIOS DO ART. 147 DA LEI Nº 14.133/2021 ... 863
125.8.1 A identidade material entre as duas situações ... 864
125.8.2 O relatório de avaliação como instrumento de densificação do teste do Acórdão nº 1753/2026 ... 866
125.8.3 Alcance e limites da proposta ... 867
125.9 A DEFINIÇÃO EXPRESSA DE LIMITES PARA ALTERAÇÕES CONSENSUAIS NO EDITAL OU NO CONTRATO ... 868
125.10 ATUALIZAÇÃO DO VALOR E INCIDÊNCIA DOS LIMITES PERCENTUAIS ... 869
125.11 LIMITES PERCENTUAIS E RENOVAÇÕES CONTRATUAIS ... 870
125.12 LIMITES PERCENTUAIS E PLURALIDADE DE ITENS ... 870
125.13 CUMULAÇÃO ENTRE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES ... 872
125.14 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E NÃO RENOVAÇÃO ANUAL DO LIMITE LEGAL ... 874
125.15 CONTRATOS SOB DEMANDA ... 874
125.16 ALTERAÇÕES UNILATERAIS E ECONOMIA DE ESCALA ... 875
125.17 A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E A INTERPRETAÇÃO FUNCIONAL DOS LIMITES DO ART. 125 ... 875
125.18 AS PARTICULARIDADES DAS SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS EXCLUSIVAS E A AMPLIAÇÃO SUPERVENIENTE DA DEMANDA ... 877
125.19 A COEXISTÊNCIA DE CONTRATOS PARA O MESMO OBJETO E OS LIMITES DECORRENTES DA GOVERNANÇA CONTRATUAL ... 878
125.20 A CONTRATAÇÃO SUBSTITUTIVA AGLUTINADA COMO SOLUÇÃO DE REORGANIZAÇÃO DO VÍNCULO CONTRATUAL ... 879
126 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E NÃO TRANSFIGURAÇÃO DO OBJETO ... 880
127 ALTERAÇÕES QUALITATIVAS E FIXAÇÃO DOS PREÇOS ... 880
128 ADITAMENTOS E PROPORÇÃO ENTRE VALOR GLOBAL DO CONTRATO E O PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA ... 881
129 INDENIZAÇÃO PELOS MATERIAIS JÁ ADQUIRIDOS ... 882
130 ALTERAÇÃO UNILATERAL E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO ... 882
131 REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E PRECLUSÃO LÓGICA ... 882
131.1 NÃO APLICAÇÃO DA REGRA DE PRECLUSÃO LÓGICA NA PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS DE ESCOPO ... 884
132 ADITIVO CONTRATUAL ... 884
133 CONTRATAÇÃO INTEGRADA, SEMI-INTEGRADA E ALTERAÇÃO DOS VALORES CONTRATUAIS ... 885
134 MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO ... 885

134.1 REEQUILÍBRIO ECONÔMICO 886
134.2 REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO 887
134.2.1 Reajuste, anualidade e marco inicial 887
134.2.2 Reajuste e requerimento formal 888
134.2.3 Reajuste antes de um ano de vigência contratual 889
134.2.4 Obrigatoriedade da previsão do reajuste no edital ou contrato 889
134.2.5 Impossibilidade de concessão ordinária de reajuste, sem previsão no edital ou contrato 890
134.2.6 Contrato, sem previsão de reajuste, que suplante a anualidade por culpa da Administração 891
134.2.7 Reajuste e preclusão lógica 892
134.3 REPACTUAÇÃO 894
134.4 ALTERAÇÃO TRIBUTÁRIA E REPERCUSSÃO ECONÔMICA 895
134.5 PERDA DO ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO 895
134.6 ADOÇÃO DE ALÍQUOTAS EQUIVOCADAS NA PROPOSTA E VEDAÇÃO À UNILATERAL ALTERAÇÃO POSTERIOR, PELA ADMINISTRAÇÃO 896
135 REPACTUAÇÃO 901
135.1 REPACTUAÇÃO E REQUISITOS MÍNIMOS 902
135.2 REPACTUAÇÃO E SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA 903
135.3 CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO COMO "COM" OU "SEM" DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA 904
135.4 REPACTUAÇÃO E ANÁLISE DE PLANILHA 905
135.5 MOMENTO DE INCIDÊNCIA DA REPACTUAÇÃO 906
135.6 REPACTUAÇÃO E EFEITOS FINANCEIROS 907
135.7 CRITÉRIO DA REPACTUAÇÃO PARA CUSTOS DECORRENTES DO MERCADO (INSUMOS DIVERSOS) 908
135.8 REPACTUAÇÃO COMO DIREITO DO CONTRATADO E A PRECLUSÃO LÓGICA ADMINISTRATIVA 909
135.9 PRECLUSÃO LÓGICA PARCIAL 913
135.10 REPACTUAÇÃO E CATEGORIAS PROFISSIONAIS NÃO ALCANÇADAS PELA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 913
135.11 REPACTUAÇÃO E SALÁRIO MÍNIMO 914
135.12 REPACTUAÇÃO E REMUNERAÇÃO MAIOR QUE O PISO SALARIAL ALTERADO 915
135.13 REPACTUAÇÃO, APOSTILAMENTO E ANÁLISE PELA ASSESSORIA JURÍDICA 916
135.14 PLANILHAS 916
135.15 IRPJ E CSLL EM PLANILHAS DE CUSTOS 917
135.16 DO PAGAMENTO, AO TRABALHADOR, DE SALÁRIO MENOR QUE O ESTIPULADO NA PROPOSTA 917
136 APOSTILA 918

CAPÍTULO VIII – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS 918

137 EXTINÇÃO CONTRATUAL 920
137.1 SITUAÇÕES QUE PODEM GERAR A EXTINÇÃO DO CONTRATO 921
137.2 EXTINÇÃO E DEVIDO PROCESSO LEGAL 922
137.3 EXTINÇÃO CONTRATUAL E CAUTELAR ADMINISTRATIVA 923
137.4 EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS 924

137.5 ATRASO NO PAGAMENTO COMO INSTRUMENTO DE CORRUPÇÃO 925
137.6 SUSPENSÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 925
137.6.1 Da suspensão unilateral pela administração 926
137.6.2 Da suspensão unilateral pelo particular 927
137.6.3 Da suspensão contratual consensual 928
137.6.4 Da alteração contratual para sustação ou alteração de parte da execução contratual (suspensão parcial) 929
137.7 DOS EFEITOS DECORRENTES DA SUSPENSÃO 929
137.7.1 Dos efeitos decorrentes da suspensão integral 930
137.7.2 Dos efeitos decorrentes da suspensão parcial 930
137.8 DA FORMALIZAÇÃO DA SUSPENSÃO 931
137.9 EXTINÇÃO DE CONVÊNIOS E PROCESSAMENTO SEM CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA 931
138 ESPÉCIES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL (UNILATERAL, CONSENSUAL, ARBITRAL OU JUDICIAL) 933
138.1 LIMITES PARA A EXTINÇÃO CONSENSUAL 933
138.2 JUÍZO ARBITRAL 935
138.3 EXTINÇÃO CONTRATUAL E INDENIZAÇÃO 936
139 CONSEQUÊNCIAS DA EXTINÇÃO UNILATERAL 937

CAPÍTULO IX – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO 939
140 RECEBIMENTO PROVISÓRIO E RECEBIMENTO DEFINITIVO 940
140.1 GLOSA 940

CAPÍTULO X – DOS PAGAMENTOS 941
141 DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS 943
141.1 IMPORTÂNCIA DO RESPEITO À ORDEM CRONOLÓGICA 944
141.2 DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA QUE SEJA RESPEITADA A ORDEM CRONOLÓGICA 945
141.3 ORDEM CRONOLÓGICA E A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 77/2022 946
141.4 OPERAÇÃO DE CRÉDITO GARANTIDA POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DOS DIREITOS DE CRÉDITOS DECORRENTES DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 950
142 PAGAMENTO ATRAVÉS DE CONTA VINCULADA OU PELA COMPROVAÇÃO DO FATO GERADOR 952
143 PARTE INCONTROVERSA DA EXECUÇÃO E DIREITO AO PAGAMENTO 952
144 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL 953
144.1 DA MOTIVAÇÃO 954
144.2 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E PAGAMENTO 954
144.3 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E LIMITE ORÇAMENTÁRIO 955
144.4 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E ORÇAMENTO SIGILOSO 955
144.5 EXEMPLO DE APLICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL 956
145 PAGAMENTO ANTECIPADO 957
145.1 PAGAMENTO ANTECIPADO EM UMA SUCINTA PERSPECTIVA ECONÔMICA 959
145.2 PAGAMENTO ANTECIPADO E A NECESSIDADE DE PRÉVIA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA 960
146 LIQUIDAÇÃO DE DESPESAS E COMUNICAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA 962

CAPÍTULO XI – DA NULIDADE DOS CONTRATOS 962
147 NULIDADE DOS CONTRATOS 963
147.1 O PERÍODO DO DIREITO ADMINISTRATIVO CLÁSSICO: ILEGALIDADE X INVALIDAÇÃO 964

147.2 A POSSIBILIDADE DA CONVALIDAÇÃO DE IRREGULARIDADES 965
147.3 A EVOLUÇÃO PARA UMA ABORDAGEM CONSEQUENCIALISTA 966
147.4 REGIME JURÍDICO DE NULIDADE CONTRATUAL NA LEI Nº 14.133/2021 968
147.5 APONTAMENTOS RELEVANTES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DE NULIDADE CONTRATUAL NA LEI Nº 14.133/2021 969
147.6 ANÁLISE DO IMPACTO INVALIDATÓRIO COMO DIREITO DO CONTRATADO 971
147.7 ANÁLISE DO IMPACTO INVALIDATÓRIO E SUAS PERSPECTIVAS MÚLTIPLAS 971
147.8 COMPETÊNCIA PARA A ANÁLISE DO IMPACTO INVALIDATÓRIO 973
147.9 INEXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ÀQUELES QUE PRATICAM IRREGULARIDADES 973
148 NULIDADE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO E INDENIZAÇÃO 974
148.1 NULIDADE CONTRATUAL E EFEITOS PROSPECTIVOS 974
149 NULIDADE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO E INDENIZAÇÃO 974
149.1 NULIDADE CONTRATUAL, ***DISGORGEMENT*** E INDENIZAÇÃO EM FAVOR DO CONTRATADO 976
150 CONTRATAÇÕES E INDICAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS 977
150.1 FALTA DE APROVAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 977

CAPÍTULO XII – DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS 978
151 MEIOS ALTERNATIVOS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS 979
151.1 RESOLUÇÃO DE CONFLITOS CONTRATUAIS E AS CÂMARAS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS – LEI Nº 13.140/2015 980
151.2 SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONTROVÉRSIAS NO ÂMBITO DO TCU – IN TCU Nº 91/2022 (SECEX-CONSENSO) 982
152 ARBITRAGEM DE DIREITO 984
153 TERMO ADITIVO PARA INCLUSÃO DE CLÁUSULA ARBITRAL 985
154 PROCESSO DE ESCOLHA DOS ÁRBITROS 985

TÍTULO IV – DAS IRREGULARIDADES 985

CAPÍTULO I – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 985
155 REGRAMENTO SOBRE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 989
155.1 INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS 989
155.2 SUJEITO PASSIVO DAS SANÇÕES 992
155.3 O ILÍCITO ADMINISTRATIVO E A NATUREZA DO PODER SANCIONADOR: FUNDAMENTOS E GARANTIAS 993
155.4 A TEMPESTIVIDADE COMO DEVER: VINCULAÇÃO, DEVER DE AGIR E ATUAÇÃO RESPONSIVA 994
156 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NAS LICITAÇÕES 996
156.1 DA ADVERTÊNCIA 996
156.2 DA MULTA 998
156.2.1 Efeito da multa 998
156.3 DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR 998
156.3.1 Efeitos da sanção impedimento de licitar e contratar 999
156.3.2 Amplitude da sanção impedimento 999
156.3.3 Prazo da sanção impedimento 1000
156.3.4 Sanção impedimento APLICADA POR CONSÓRCIOS PÚBLICOS 1000
156.4 DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR 1001
156.4.1 Declaração de inidoneidade e efeitos 1001
156.4.2 Amplitude da sanção declaração de inidoneidade 1001
156.4.3 Prazo da sanção declaração de inidoneidade 1002
156.4.4 TCU e declaração de inidoneidade 1002

156.5 APLICAÇÃO DA RESTRIÇÃO GERADA PELAS SANÇÕES IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, DURANTE O CERTAME 1003
156.6 EFEITO RESTRITIVO DAS SANÇÕES E A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS 1004
156.7 AFASTAMENTO CAUTELAR DOS EFEITOS RESTRITIVOS DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 1005
156.8 COMPETÊNCIA PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES 1006
156.8.1 Declaração de inidoneidade e competência exclusiva 1007
156.8.2 Declaração de inidoneidade e conselhos profissionais 1007
156.8.3 Aplicação de sanção por autarquia e recurso para ministro 1009
156.9 APLICAÇÃO DAS SANÇÕES 1009
157 PROCESSAMENTO DA MULTA 1010
158 DO PROCESSO PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR, E DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE 1010
158.1 PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA 1012
159 DOS ATOS LESIVOS DA LEI Nº 12.846/2013 – APURAÇÃO E JULGAMENTO CONJUNTO 1013
160 DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA 1014
161 PUBLICIDADE NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS) E NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS (CNEP) 1018
162 MULTA MORATÓRIA 1018
163 REABILITAÇÃO DO LICITANTE OU CONTRATADO 1019

CAPÍTULO II – DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS 1019
164 DAS IMPUGNAÇÕES 1021
164.1 IMPUGNAÇÃO E EFEITO SUSPENSIVO 1021
164.2 IMPUGNAÇÃO E PRECLUSÃO LÓGICA 1023
164.3 ACOLHIMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL 1023
164.4 DECISÃO DA IMPUGNAÇÃO E CABIMENTO DE RECURSO 1024
165 RECURSO ADMINISTRATIVO 1024
165.1 PRESSUPOSTOS RECURSAIS 1025
165.2 RECURSO E LEGITIMIDADE 1026
165.3 ESPÉCIES DE RECURSOS NA LEI Nº 14.133/2021 E SEU RITO 1026
165.4 COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DO RECURSO 1029
165.5 RECURSO E AUTORIDADE INCOMPETENTE 1029
165.6 INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES 73/2022 E O RECURSO ADMINISTRATIVO 1029
165.7 NOVA DECISÃO DE HABILITAÇÃO E A OBRIGATORIEDADE DE NOVA FASE RECURSAL 1030
165.8 INABILITAÇÃO DO LICITANTE E ABERTURA DO PRAZO RECURSAL 1032
166 RECURSO E AS SANÇÕES DE ADVERTÊNCIA, MULTA E IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR 1033
166.1 NÃO CABIMENTO DE RECURSO HIERÁRQUICO PRÓPRIO, PARA O MINISTRO DE ESTADO, EM VIRTUDE DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES DISCIPLINARES, POR AUTARQUIA SUPERVISIONADA 1033
166.2 DO PARECER VINCULANTE AC 51 DA AGU 1038
167 PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE 1040
168 EFEITO SUSPENSIVO 1040
168.1 RECURSO ADMINISTRATIVO E APOIO DA ASSESSORIA JURÍDICA 1041

CAPÍTULO III – DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES 1042
169 O CONTROLE NAS CONTRATAÇÕES 1044
169.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE DE CONTROLE 1044
169.2 AS LINHAS DE DEFESA 1046

169.3 PREMISSAS DE ATUAÇÃO DAS LINHAS DE DEFESA 1048
170 ÓRGÃOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO 1048
171 PREMISSAS PARA A ATUAÇÃO DO CONTROLE 1049
171.1 DA SUSPENSÃO CAUTELAR DO PROCESSO LICITATÓRIO 1050
172 SÚMULAS DO TCU E VINCULAÇÃO (VETADO) 1051
173 DA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS E EMPREGADOS PÚBLICOS 1052

TÍTULO V – DISPOSIÇÕES GERAIS 1053

CAPÍTULO I – DO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS 1053

174 PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP) 1055
174.1 DO OBJETIVO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS 1056
174.2 REALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DE TODOS OS ENTES FEDERATIVOS 1057
174.3 COMITÊ GESTOR DA REDE NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS 1059
174.3.1 REGULAMENTAÇÃO DO COMITÊ GESTOR DA REDE NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS 1059
175 POSSIBILIDADE DE DIVULGAÇÃO COMPLEMENTAR E INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS PRIVADOS 1061
175.1 APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 SEM A IMPLEMENTAÇÃO DO PNCP 1061
175.2 DA DIVULGAÇÃO COMPLEMENTAR DAS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS 1067
175.3 USO DE PLATAFORMAS PRIVADAS NAS LICITAÇÕES BRASILEIRAS 1068
175.3.1 O panorama atual no Brasil 1069
175.3.2 Preocupações do controle com a ampliação das plataformas privadas de licitação 1071
175.3.3 Da polêmica sobre a cobrança pelas plataformas privadas 1073
175.3.4 Outros pontos importantes relacionados às plataformas privadas 1077
176 REGRAS ESPECÍFICAS PARA MUNICÍPIOS COM ATÉ 20.000 (VINTE MIL) HABITANTES 1079

CAPÍTULO II – DAS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS 1079

177 ALTERAÇÃO LEGISLATIVA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL 1082
178 ALTERAÇÃO LEGISLATIVA NO CÓDIGO PENAL 1082
179 ALTERAÇÃO NA LEI DE CONCESSÕES (LEI Nº 8.987/1995) 1082
180 ALTERAÇÃO NA LEI DE CONCESSÕES (LEI Nº 11.079/2004) 1083

CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS 1083

181 CENTRAIS DE COMPRAS E COMPRAS COMPARTILHADAS 1085
181.1 CENTRAIS DE COMPRAS E COMPRAS COMPARTILHADAS 1086
181.2 CONSÓRCIO PÚBLICO 1086
181.3 COMPRAS COMPARTILHADAS SEM UTILIZAÇÃO DO SRP 1087
181.4 COOPERAÇÃO E COMPRAS COMPARTILHADAS ENTRE ÓRGÃOS CONTRATANTES NA UNIÃO EUROPEIA 1087
182 ATUALIZAÇÃO DOS VALORES FIXADOS PELA LEI Nº 14.133/2021 1089
182.1 DECRETO FEDERAL 12.807/2025 E A A DELEGAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DA LEI Nº 14.133/2021 AO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS (MGI) 1091
183 DOS PRAZOS INDICADOS NA LEI Nº 14.133/2021 1093
184 APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 AOS CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES 1094
184.1 ALTERAÇÕES PRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.770/2023 NO ARTIGO 184 1094
184.2 REGIME SIMPLIFICADO PARA INSTRUMENTOS CONVENIAIS DE VALOR REDUZIDO (ART. 184-A) 1095

184.3 DISPOSITIVOS VETADOS DA LEI Nº 14.770/2023 QUE ALTERARIAM OS ARTIGOS 184 E 184-A ... 1095
184.4 A DIVERSIDADE DE INSTRUMENTOS CONVENIAIS EXISTENTES ... 1098
184.5 TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA ... 1099
184.6 DECRETO FEDERAL Nº 11.531/2023 E VEDAÇÕES ... 1100
184.7 DECRETO FEDERAL Nº 11.531/2023, CONDIÇÕES ESSENCIAIS, SUBCONVENIAMENTO E A TITULARIDADE DOS BENS REMANESCENTES EM CONVÊNIOS ... 1101
184.8 UTILIZAÇÃO DISSIMULADA DO CONVÊNIO EM DETRIMENTO DE UM CONTRATO ADMINISTRATIVO ... 1102
184.9 CONVÊNIOS E DENÚNCIA PELO CONVENENTE ... 1103
184.10 CONVÊNIOS (EM SENTIDO AMPLO) COM ENTIDADES PRIVADAS, SEM FINS LUCRATIVOS ... 1104
185 APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 ÀS ESTATAIS ... 1106
186 APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA ... 1106
187 LICITAÇÕES E PODER REGULAMENTAR ... 1106
187.1 PODER REGULAMENTAR X PODER HIERÁRQUICO ... 1108
187.2 PODER REGULAMENTAR X PODER NORMATIVO ... 1110
187.3 REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 PELOS DEMAIS ENTES FEDERATIVOS ... 1110
187.4 APLICAÇÃO DOS REGULAMENTOS EDITADOS PELA UNIÃO, PELOS DEMAIS ENTES ... 1111
187.5 NORMATIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO COMO INSTRUMENTOS DE SEGURANÇA E EFICIÊNCIA PARA AGENTES QUE ATUAM COM CONTRATAÇÕES PÚBLICAS ... 1112
187.5.1 Lei 14.133/2021 e o desafio da burocracia disfuncional ... 1113
187.5.2 A Institucionalização como instrumento de segurança e eficiência para Agentes que atuam com contratações públicas ... 1114
187.5.3 A capacitação como instrumentos de segurança, eficiência e probidade ... 1115
188 REGULAMENTAÇÃO EM NORMATIVO ÚNICO (VETADO) ... 1116
189 DAS REFERÊNCIAS EXPRESSAS AOS ANTIGOS REGIMES LICITATÓRIOS ... 1117
190 DOS CONTRATOS ANTERIORES À APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 E ULTRATIVIDADE DA LEGISLAÇÃO ANTIGA ... 1117
191 DA ESCOLHA DISCRICIONÁRIA ENTRE O REGIME LICITATÓRIO NOVO E O ANTIGO ... 1118
191.1 DA OPÇÃO DE USO ALTERNADO DO REGIME NOVO E DO REGIME ANTIGO NO PERÍODO DE CONVIVÊNCIA NORMATIVA ... 1119
191.2 A REGRA DE ULTRATIVIDADE DO ARTIGO 191 DA NLLCA E O SIGNIFICADO DE "OPTAR POR LICITAR" ... 1120
191.3 DEFINIÇÃO NORMATIVA DA "OPÇÃO POR LICITAR" DE ACORDO COM O REGIME ANTERIOR ... 1124
191.4 INADEQUAÇÃO DA APLICAÇÃO AUTOMÁTICA DO "PRECEDENTE" IDENTIFICADO NO ACÓRDÃO Nº 2.279/2019 DO TCU ... 1125
191.5 ARTIGO 191 E AS LICITAÇÕES PARA REGISTRO DE PREÇOS REALIZADAS COM BASE NA LEGISLAÇÃO ANTERIOR ... 1127
191.5.1 Ultratividade, ata de registro de preços com base na legislação anterior e peculiaridade da adesão ... 1128
191.6 APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR AOS CONTRATOS FIRMADOS COM BASE NELA, MESMO APÓS A SUA REVOGAÇÃO ... 1129
191.7 PRORROGAÇÃO E RENOVAÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS COM BASE NA LEGISLAÇÃO ANTIGA, APÓS SUA REVOGAÇÃO ... 1130

191.8 NÃO APLICAÇÃO DAS LEIS DE LICITAÇÕES ESTADUAIS E MUNICIPAIS, DIANTE DA REVOGAÇÃO DA LEI Nº 8.666, DE 1993 1132
191.9 EXTINÇÃO DO CONTRATO REGIDO PELA LEI Nº 8.666/93, ULTRATIVIDADE NORMATIVA E A APLICAÇÃO DA DISPENSA DE REMANESCENTE 1133
192 CONTRATO RELATIVO A IMÓVEL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO 1134
193 REVOGAÇÃO DOS ANTIGOS REGIMES LICITATÓRIOS 1134
194 VIGÊNCIA DA LEI 1134

PARTE 2
ESTATUTO DAS MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS

LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 (COMENTADA) 1137

LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 1137

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 1137
1 OBSERVAÇÃO 1140
2 SÍNTESE SOBRE A EVOLUÇÃO DO ESTADO 1140
3 PRINCÍPIO DA IGUALDADE 1145
4 REGULAMENTO E CONTRATAÇÃO DE OBRAS 1147
5 SÍNTESE HISTÓRICA 1148

CAPÍTULO II – DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE 1149
6 LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E O TRATAMENTO DIFERENCIADO NAS LICITAÇÕES 1153
6.1 POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DAS REGRAS DE LICITAÇÃO DA LC 123 POR LEI ORDINÁRIA 1155
7 PERTINÊNCIA DO TRATAMENTO DIFERENCIADO 1156
8 PERDA DO ENQUADRAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO 1156
8.1 PERDA DO ENQUADRAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL E SERVIÇOS CONTÍNUOS 1158
9 PARTICIPAÇÃO DE ME OU EPP EM CERTAME COM VALOR MAIOR QUE O RESPECTIVO ENQUADRAMENTO 1158
10 INFORMAÇÃO FALSA E RESPONSABILIDADE 1159
11 SERVIÇO DE CESSÃO DE MÃO DE OBRA E NÃO INCIDÊNCIA DO SIMPLES NACIONAL 1161
12 PESSOAS EQUIPARADAS A ME/EPP (COOPERATIVAS, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), PRODUTOR RURAL E AGRICULTOR FAMILIAR) 1163

CAPÍTULO V – DO ACESSO AOS MERCADOS 1165

SEÇÃO ÚNICA – DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS 1165
13 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA POSTERGADA 1165
13.1 TRATAMENTO DIFERENCIADO E DÉBITOS COM A SEGURIDADE SOCIAL 1166
13.2 COMENTÁRIOS À REGULARIDADE POSTERGADA 1166
14 EMPATE FICTO 1167
14.1 UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO DESEMPATE FICTO 1168
14.2 CONDIÇÃO COMO MICROEMPRESA E VERIFICAÇÃO 1169
14.3 EMPATE FICTO E PROCEDIMENTO DE DESEMPATE 1169
14.4 DIREITO DE PREFERÊNCIA DE ME/EPP E CONVOCAÇÃO APÓS A FASE DE LANCES 1170
15 PRAZO PARA NOVAS PROPOSTAS 1171
16 DESEMPATE FICTO E DESESTÍMULO À ECONOMICIDADE 1171

17 DESEMPATE FICTO E OBRIGATORIEDADE ... 1171
18 LICITANTE COELHO E DESEMPATE FICTO ... 1172
19 MODALIDADES NA LEI DE LICITAÇÕES E PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DO DESEMPATE FICTO ... 1172
20 CÉDULA DE CRÉDITO MICROEMPRESARIAL ... 1175
21 LIQUIDAÇÃO DA DESPESA ... 1176
22 LICITAÇÕES DIFERENCIADAS ... 1177
22.1 DA APROVAÇÃO DE LEGISLAÇÃO MAIS BENÉFICA POR ESTADOS E MUNICÍPIOS (PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 47) ... 1177
22.2 LICITAÇÕES EXCLUSIVAS ... 1179
22.2.1 Licitações exclusivas e adesão no Sistema de Registro de Preços ... 1180
22.2.2 Licitações exclusivas e restrição às empresas sediadas no Estado ... 1181
22.2.3 Licitações exclusivas e serviços contínuos ... 1183
22.2.4 Licitações exclusivas e posterior aditamento contratual ... 1184
22.2.5 Licitações exclusivas e aglutinação de itens em grupos ... 1184
22.3 SUBCONTRATAÇÃO ... 1185
22.3.1 Subcontratação e indicação de empresa ... 1185
22.3.2 Subcontratação e exigências ... 1186
22.3.3 Regulamentação federal ... 1186
22.3.4 Subcontratação e fornecimento de bens ... 1187
22.4 COTA DE 25% ... 1187
22.4.1 Cota no item x cota de item ... 1188
22.4.2 Cota de 25% e regulamento federal ... 1190
22.4.3 Cota de 25% e limite sistemático ... 1190
22.5 PROBLEMAS PRÁTICOS NAS LICITAÇÕES EXCLUSIVAS ... 1196
22.5.1 Licitações exclusivas e itens espelho ... 1197
22.5.2 Cotas exclusivas e prioridade de contratação ... 1198
22.6 PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA ME/EPP ... 1199
23 INAPLICABILIDADE DAS LICITAÇÕES DIFERENCIADAS ... 1200
23.1 NÚMERO MÍNIMO DE FORNECEDORES COMPETITIVOS ... 1201
23.2 EXISTÊNCIA DE DESVANTAGEM OU PREJUÍZO ... 1201
23.3 CONTRATAÇÃO DIRETA ... 1202
24 REFLEXÃO ... 1203
25 RESTRIÇÃO DA LICITAÇÃO A EMPRESAS SEDIADAS NO ESTADO E INCONSTITUCIONALIDADE ... 1203
26 LEI E RESPEITO À ISONOMIA E**NTRE LICITANTES** ... 1204

REFERÊNCIAS ... 1207

ÍNDICE REMISSIVO ... 1231